

PT informa

Mulheres

Boletim da Secretaria Nacional de Mulheres do PT

julho de 2004

Entre os dias 15 e 17 de julho será realizada em Brasília a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Cerca de duas mil delegadas representantes dos mais variados segmentos sociais e categorias profissionais, raças e etnias, orientações sexuais e credos religiosos, ONGs e partidos políticos, assim como dos diferentes níveis de governo, oriundas de mais de dois mil municípios e de todos os estados do país, discutirão a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Do documento constarão as diretrizes fundamentais que guiarão a elaboração de políticas públicas por parte dos diversos Ministérios que compõem o Governo Federal.

A Conferência será o ponto alto de um processo que teve início nos municípios, com a realização de Conferências Municipais e/ou Regionais. Nestas foram eleitas as delegadas que iriam participar da fase seguinte, a das Conferências Estaduais, ao mesmo tempo em que foram feitas as primeiras discussões em torno da elaboração de propostas para o Plano. Nas Conferências Estaduais foram eleitas as delegadas que vão participar da Conferência Nacional e foram reelaboradas as propostas vindas dos municípios. Calcula-se que em todo o processo cerca de 120 mil mulheres terão estado envolvidas na luta pela sua plena inserção no processo democrático.

O governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sensível às reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres ao longo de todos esses anos, confirma, assim, sua disposição de incluir as mulheres na agenda de políticas do Governo Federal, já evidenciada pela criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres logo no início de sua gestão.

O Estado e as políticas públicas de igualdade para as mulheres

A experiência adquirida com o modo petista de governar, principalmente nas administrações municipais, tem ensinado muitas lições ao nosso Partido.

Aprendemos que as cidades, os estados e o país não são um todo homogêneo. Governar, portanto, pressupõe a compreensão da pluralidade de demandas e interesses dos vários segmentos de uma determinada população. Estamos, na prática, percebendo que governar com justiça é tratar desigualmente os desiguais. Só compreendendo que os indivíduos tiveram oportunidades e direitos desiguais é que poderemos construir um governo realmente democrático.

Nós, mulheres petistas, temos reivindicado de nossas administrações atendimento às demandas específicas da população feminina. Porém, hoje entendemos que não basta pensar respostas às demandas pontuais das mulheres; há que se pensar o conjunto das ações administrativas a partir do reconhecimento de que homens e mulheres desempenham papéis diferenciados na sociedade e que, frequentemente, possuem necessidades também diferenciadas.

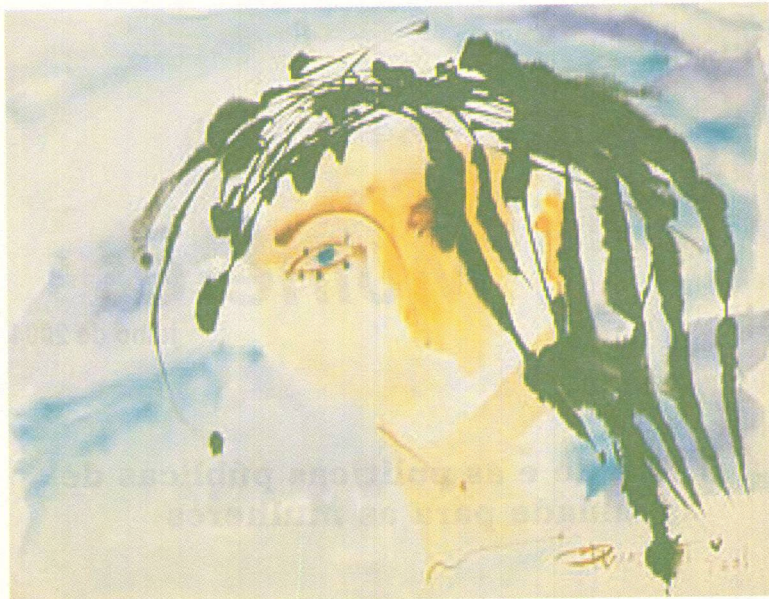
Persistem até hoje diferentes formas organizativas no PT, mas as secretarias municipais, estaduais e a nacional têm se mostrado a forma

de organização mais eficiente e próxima do ideal, já que foram construídas num processo dinâmico vivido no interior do partido, guardando suas diversas características regionais uma e maior ou menor organicidade.

Conjuntura Nacional

A globalização neoliberal provocou profundas mudanças no trabalho das mulheres: aumentou o setor informal, constituído em sua maior parte por mulheres, e fez introduzir no setor formal práticas habitualmente presentes no setor informal. Tais práticas, qualificadas de "modelo feminino", visam aumentar a competitividade das empresas, tais como flexibilidade total, trabalho atípico, tempo parcial e fragmentado, trabalhos em domicílio, sub-contratação, trabalho em condições precárias, clandestino etc.





A liberalização da economia com a abertura das fronteiras aos produtos de importação tem prejudicado a agricultura familiar, praticada em sua grande maioria por mulheres.

A resistência em aceitar o direito das mulheres ao emprego revela o peso da divisão sexual do trabalho na estrutura de nossa sociedade. O discurso ideológico é de que aos homens cabe a produção e às mulheres, a reprodução. Na realidade existem muitos outros arranjos familiares: mães com filhos, mulheres sozinhas, casais de lésbicas, etc. Mas é aquele modelo que marca a inserção das mulheres no mercado de trabalho e sua relação com o Estado.

O salário mínimo é peça central de uma política salarial que visa a regulamentação do mercado de trabalho, que reconhece que o mercado é adverso ao trabalhador e à trabalhadora. Ele permite proteger os trabalhadores e as trabalhadoras e cria um piso mínimo que ajuda a diminuir a desigualdade.

Uma política universal, como o aumento do salário mínimo, tocará a vida de todos os que o recebem – mulheres, negros, pessoas que sofrem discriminação no mercado de trabalho por serem homossexuais ou portadores de deficiência, sem que precisemos armar estruturas complexas para definir e encontrar os mais pobres entre os pobres.

Sobrecarga de trabalho e responsabilidades

O corte nos gastos sociais públicos, praticados pelos governos anteriores de cunho neoliberal, retirou do Estado a responsabilidade de atendimentos básicos na área de saúde, educação e outros, implicando a transferência dessas atividades para as mulheres no trabalho comunitário e doméstico.

Esta orientação é acompanhada de um discurso ideológico de exaltação da família, o “familismo”, e em

última instância de responsabilização das mulheres. O ponto extremo deste discurso é de que a violência na sociedade aumenta porque as mulheres saíram de casa para trabalhar, não educaram seus filhos, são responsáveis pela dissolução da família e por uma crise de valores.

A produção das pessoas, a reprodução, com todos os serviços e cuidados que ela supõe, conta muito pouco, a não ser que possa transformar-se em mercadoria e fazer o dinheiro circular e fazer mais dinheiro. Para quem não tem dinheiro ou para o que o dinheiro ainda não compra existe a família, ou melhor, o trabalho não remunerado da mulher.

As mulheres petistas e as políticas públicas

As relações entre os homens e as mulheres, isto é, as relações de gênero, são vividas em uma sociedade de classes, com diferentes implicações conforme a raça, a etnia e a idade. O Estado não é neutro do ponto de vista de gênero, classe e raça. As tímidas ações para superar as desigualdades entre homens e mulheres, tendem a reforçar os papéis sexuais tradicionais e as condições de subordinação das mulheres.

A elaboração e implementação de políticas públicas dirigidas às mulheres, certamente foi uma das áreas de realização inovadora de algumas das prefeituras petistas. Ultrapassamos a experiência dos Conselhos da Condição Feminina, criados nos governos do PMDB, implantando algumas Coordenadorias da Mulher ou organismos afins, com dotação orçamentária própria e com poder de execução, que realizaram trabalhos, principalmente nas áreas de saúde da mulher, educação e violência. Uma experiência inovadora foi a Coordenadoria Especial da Mulher, criada em 1989, na primeira gestão do PT na cidade de São Paulo.

O debate das políticas públicas para as mulheres com o Estado é muito recente. Foi só nos anos 1980, com o final da ditadura militar e o surgimento de novos movimentos sociais, incluindo-se aí o de mulheres, que o Estado passou a dialogar com as demandas do feminismo e das demais mulheres organizadas.

Desde o movimento de luta por creches, a presença e organização das mulheres no movimento de saúde, a denúncia pública da violência sexista e a experiência em elaborar propostas de combate à violência contra as mulheres, até o desenvolvimento de uma ampla articulação para a defesa de direitos e proposições políticas à Assembléia Constituinte de 1988, foram germinando as idéias e as práticas que fundamentaram a reivindicação de que o Estado, em seus diversos níveis, passasse a ter uma intervenção consciente e organizada em relação às mulheres, tratando-as como sujeitos com direitos amplos e, também, específicos. Neste marco, nascem as propostas

que tratam da necessidade da criação de estruturas governamentais voltadas à coordenação das políticas de gênero, com o surgimento das propostas de Conselhos e, posteriormente, de Assessorias e Coordenadorias.

Um primeiro desafio a ser enfrentado na implementação de políticas públicas e na organização geral do Estado é interferir na pretensa “neutralidade” deste como propositor e articulador de uma ação política. **O Estado não é neutro e frequentemente elabora e implementa políticas públicas que deixam de atender às demandas específicas das mulheres contribuindo, assim, para a perpetuação da sua condição de subordinação frente aos homens. É preciso garantir, por outro lado, o seu caráter laico de modo a permitir a heterogeneidade e a pluralidade de posições de todos os cidadãos e cidadãs.**

Diretrizes de políticas públicas

Para isso, é fundamental alterar as condições concretas que permitam às mulheres reverter sua condição de desigualdade. É necessário o compromisso com diretrizes de políticas públicas que:

- Ampliem as condições de autonomia pessoal e auto-sustentação das mulheres, inclusive as idosas e deficientes;
- Incidam sobre a divisão sexual do trabalho, principalmente ampliando os equipamentos sociais, em particular aqueles que interferem no trabalho doméstico;
- Fortaleçam as condições para o exercício dos direitos reprodutivos e direitos sexuais, possibilitando autonomia e bem-estar também nesse campo da saúde integral;
- Respondam às demandas que pressionam o cotidiano das mulheres, em particular frente à violência doméstica e sexual.

Eixos a serem consolidados

Para que essas diretrizes sejam colocadas em prática, é fundamental consolidar os seguintes eixos:

- Investimento político para ampliação e implementação de políticas permanentes.
- **Execução de projetos e programas que tragam a tona ou que suscitem a questão do feminismo nos diferentes setores da administração pública.**

Finalmente, uma gestão democrática se constrói com a ampliação e consolidação da relação com o movimento popular e de mulheres, incentivando e promovendo mecanismos de controle e participação popular.

A cidadania democrática deve ser coletiva e permanente; deve levar em conta as diferentes desigualdades sociais, inclusive as de gênero e raça/etnia, sempre no sentido da sua superação.

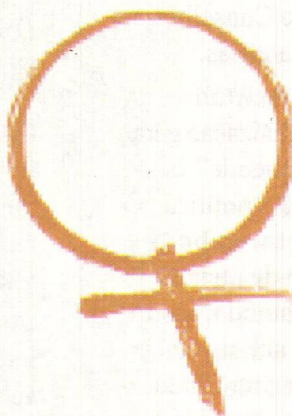
Elementos indispensáveis para garantir e ampliar os direitos

1. As políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida das mulheres são de responsabilidade do conjunto do governo. Devem gerar planejamento e elaboração permanentes **nas diferentes áreas de atuação;**
2. Qualquer política pública elaborada e executada deve ter presente a necessidade de debater com o segmento interessado que busca se beneficiar;
3. A discussão da política pública junto ao segmento interessado só será instrumento de mudança se vier acompanhada de um poder de decisão sobre elas;
4. Cabe ao Estado problematizar o caráter e a orientação das políticas públicas, de forma a contribuir para uma transformação da relação das mulheres com o seu grupo familiar, além de possibilitar que as demandas das mulheres, enquanto demandas de gênero, passem a ser amplamente discutidas e avaliadas;
5. Cabe ao Estado aplicar as políticas públicas voltadas à melhoria de vida das mulheres, bem como garantir que redes de atuação intergovernamental sejam desenvolvidas entre os municípios e entre os governos estadual e federal;
6. A condição de raça/etnia, de classe social e de vivência diferenciada das mulheres em relação à sua sexualidade e às suas habilidades físicas deve estar presente no planejamento dessas políticas, para garantir ações afirmativas em seu interior;
7. Promoção de condições dignas de vida e de exercício efetivo da cidadania, considerando os diferentes matizes que as desigualdades assumem, **se** traduz como diretriz intrínseca e indispensável de metas de inclusão social. Assim, as problemáticas específicas que atingem as mulheres deficientes, lésbicas, idosas, negras que potencializam as desigualdades e discriminações devem receber atenção especial.
8. Transversalidade e interface na gestão pública das políticas de gênero – A incorporação da perspectiva de gênero na gestão pública exige a adoção de uma diretriz, pautada por uma visão integral das necessidades e direitos das cidadãs e cidadãos.
9. O princípio da igualdade deve orientar a proposição de estratégias que promovam o



equilíbrio de poder entre mulheres e homens em termos de recursos econômicos, direitos legais, participação política e relações pessoais. O princípio da equidade requer o pleno reconhecimento das subordinações e necessidades específicas dos diferentes grupos de mulheres e é compreendido como fundamento das ações afirmativas e como instrumento necessário ao alcance do pleno usufruto, por mulheres e homens, de direitos e liberdades fundamentais.

As experiências de políticas públicas foram fruto de muitas batalhas para que o nosso



Partido e as administrações petistas reconhecessem a situação histórica de discriminação das mulheres e a necessidade de se inverter a lógica da discriminação. Se é fato que hoje avançamos, ainda temos um longo caminho a percorrer para atingir as condições de cidadania, liberdade e igualdade.

Por isso, é fundamental garantirmos que o PT e os governos do partido e seus aliados desenvolvam uma política radical de alteração desta lógica discriminatória do Estado e na sociedade.

Organização das Mulheres no PT

As mulheres do PT têm buscado, ao longo desses anos, construir as condições necessárias para o avanço do partido como um todo, em relação ao feminismo, ao movimento de mulheres e às questões de gênero, com o objetivo de integrar o conjunto partidário na luta contra um sistema social baseado na injustiça, exploração e opressão das mulheres.

O fortalecimento da participação política das mulheres tem alimentado o PT na construção dessa nova sociedade mais igualitária. Hoje, a história das mulheres do PT se confunde com a história do próprio partido e tem reconhecimento interno e externo, sendo motivo da legitimidade do partido quando discorre sobre o tema ou implementa ações específicas levando em conta as necessidades políticas das mulheres.

A maior parte das mulheres organizadas que militam em sindicatos, partidos ou entidades mistas, enquanto mulheres, e que fazem parte campo democrático popular, compartilham do nosso ponto de vista e buscam vincular o feminismo a um processo global de transformação social. Um programa feminista para a maior parte deste movimento deverá levar em consideração a articulação das reivindicações feministas dentro de um programa democrático e socialista e que assuma o compromisso de combater a discriminação de gênero e raça.

A elaboração feminista do PT principalmente para os programas governamentais, inclusive municipais, há bastante tempo tem colocado a necessidade de articular formas de lutas diretas. E que tenha posições definidas de autonomia frente aos governos, reivindicando intransigentemente a garantia dos direitos das mulheres e uma política que contribua para a construção das condições de igualdade entre homens e mulheres em todos os âmbitos.

Após quase duas décadas de existência do PT, é importante não só resgatar a participação efetiva e eficaz das mulheres na sua construção, como também as várias etapas da sua organização interna.

secretaria de mulheres

LUGAR DE MULHER

É NA POLÍTICA.

PT Informa Mulheres é uma publicação da Secretaria Nacional de Mulheres do PT

Preparação de texto: Maria Luiza Costa e Maria Stédile

Texto escrito tendo como referência diversos documentos da Secretaria Nacional de Mulheres do PT e da Coordenadoria Especial de Mulheres de São Paulo.

Editorial: Conceição Nascimento

Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

Rua Silveira Martins, 132 - Centro - CEP 01019-000

São Paulo - SP

Tel.: 55 11 3243-1375

Fax: 55 11 3243-1348

Endereço eletrônico: mulheres@pt.org.br

Página internet: <http://www.pt.org.br>